

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANDRÉ FLORENCIO BOGO MACEDO

**HIERARQUIZAÇÃO DOS ATRATIVOS TURÍSTICOS NATURAIS E A
PERCEPÇÃO DE MORADORES E VISITANTES SOBRE O TURISMO EM
PONTAL DO PARANÁ (PARANÁ)**

PONTAL DO PARANÁ

2017

ANDRÉ FLORENCIO BOGO MACEDO

**HIERARQUIZAÇÃO DOS ATRATIVOS TURÍSTICOS NATURAIS E A
PERCEPÇÃO DE MORADORES E VISITANTES SOBRE O TURISMO EM
PONTAL DO PARANÁ (PARANÁ)**

Monografia apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Oceanógrafo, no Curso de
Graduação em Oceanografia, Setor de Cinências da
Terra, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Telles
Co-orientador: José Claro da Fonseca Neto

PONTAL DO PARANÁ
2017

TERMO DE APROVAÇÃO

André Florencio Bogo Macedo


“HIERARQUIZAÇÃO DOS ATRATIVOS TURÍSTICOS NATURAIS E A PERCEPÇÃO DE MORADORES E VISITANTES SOBRE O TURISMO EM PONTAL DO PARANÁ (PR)”

Monografia aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de
Bacharel em Oceanografia, da Universidade Federal do Paraná, pela
Comissão formada pelos professores:



Prof. Drº. Allan Paul Krelling - IFPR Paranaguá

Prof. Drº. Marcelo Chemin - UFPR



Prof. Drº. Daniel Hauer Queiroz Telles
Presidente

Pontal do Paraná, 21/12/2017

RESUMO

O setor turístico é tido como estratégico para o funcionamento da economia nacional. Conhecer o turista e o território, bem como gerar dados que dêem embasamento para a estruturação de destinos turísticos, são ações estratégicas. Por isso, esse trabalho pretende identificar e hierarquizar os atrativos naturais e analisar as percepções de moradores e visitantes sobre o turismo realizado em Pontal do Paraná. Dentre os oito atrativos avaliados, dois foram considerados capazes de movimentar fluxos turísticos de outros estados, enquanto o restante é capaz de movimentar apenas fluxos regionais. Em conformidade com pesquisas anteriores, a modalidade de turismo predominante continua sendo o turismo de sol e praia, mas o município tem potencial turístico para explorar outros segmentos do setor.

Palavras-chave: Hierarquização; atrativos naturais; planejamento territorial.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO.....	18
FIGURA 2 – ASPECTOS SÓCIOECONÔMICOS DOS VISITANTES.....	22
FIGURA 3 – IMPACTOS DO TURISMO PELA PERCEPÇÃO DOS VISITANTES....	24
FIGURA 4 – COMO FOMENTAR O TURISMO NA VISÃO DOS VISITANTES.....	25
FIGURA 5 – ASPECTOS SÓCIOECONÔMICOS DOS MORADORES.....	26
FIGURA 6 – IMPACTOS DO TURISMO PELA PERCEPÇÃO DOS MORADORES.....	28
FIGURA 7 - COMO FOMENTAR O TURISMO NA VISÃO DOS MORADORES.....	29

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – CARACTERÍSTICA POR HIERARQUIA.	19
TABELA 2 – CRITÉRIOS PARA HIERARQUIZAÇÃO.	19
TABELA 3 – AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS TERCIÁRIOS PRESTADOS AOS TURISTAS.....	Erro! Indicador não definido.
TABELA 4: HIERARQUIZAÇÃO DOS ATRATIVOS NATURAIS.....	37

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEP – Complexo Estuarino de Paranaguá

EE – Estrada Ecológica

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

PARNA - Parque Nacional

PNM – Parque Natural Municipal

UC – Unidade de Conservação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 OBJETIVOS.....	16
2 ÁREA DE ESTUDO.....	17
3 METODOLOGIA.....	18
4 RESULTADOS	18
4.1 PERFIL SÓCIOECONÔMICO E PERCEPÇÕES DOS TURISTAS.....	21
4.2 PERFIL SÓCIOECONÔMICO E PERCEPÇÕES DOS MORADORES.....	25
4.3 DESCRIÇÃO DOS ATRATIVOS.....	29
4.3.1 PARNA MARINHO DAS ILHAS DOS CURRAIS.....	29
4.3.2 EE DO GUARAGUAÇU.....	31
4.3.3 PRAIAS.....	32
4.3.4 COMPLEXO ESTUARINO DE PARANAGUÁ.....	33
4.3.5 ILHA DA GALHETA.....	34
4.3.6 RIO GUARAGUAÇU.....	34
4.3.7 PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA RESTINGA.....	35
4.3.8 PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO MANGUEZAL.....	36
4.4 TABELA RESUMO DA HIERARQUIZAÇÃO DOS ATRATIVOS NATURAIS DE PONTAL DO PARANÁ.....	37
5 DISCUSSÃO.....	37
6 CONCLUSÃO.....	41
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	42

1 INTRODUÇÃO

A importância que o tema “turismo” apresenta devido aos números crescentes do setor é evidente. Sua relevância no conjunto das atividades econômicas é fato amplamente vangloriado pelas organizações mundiais e representado em uníssono pelo discurso político como uma alternativa aos problemas econômicos que assolam os mais diversos territórios. Essa euforia encontra-se difundida em todos os níveis da sociedade, que apontam o turismo como sendo a saída para a resolução de problemas típicos, como desemprego e má distribuição de renda (DANTAS; MELO, 2011).

De fato, segundo os dados do WTTC, o turismo contribuiu com 10,2% da economia global e 292 milhões de empregos em 2016, o equivalente a 1 para cada 10 empregos gerados. Pelo sexto ano consecutivo, o setor cresceu mais que a média (2,5%) da economia global (WTTC, 2017).

Ainda segundo o WTTC, para o mesmo ano, a contribuição do Brasil para o setor na economia global foi de 8,5%, gerando mais de 7 milhões de empregos, direta ou indiretamente ligados ao turismo.

Ao longo de 2016, as preferências por viagens pelo Brasil superaram amplamente aquelas a serem realizadas para o exterior. Tal fato decorre, em grande parte, da alta cotação do dólar e do euro, do menor custo de realização de viagens pelo país, bem como do fortalecimento e majoração da competitividade do turismo interno. Isso faz com que ponderável parcela dos brasileiros esteja trocando as viagens internacionais por viagens pelo Brasil, proporcionando maior movimento da economia nacional e, conseqüentemente, a geração de renda e empregos diretos e indiretos (FGV, 2017).

No estado do Paraná, a receita gerada a partir do turismo no ano de 2011 foi de US\$ 3,8 bilhões (SETU 2012). Cerca de 70 milhões de reais (aproximadamente 58% da arrecadação total), relativos ao valor adicionado fiscal, vêm das atividades de comércio e de serviços ligados ao turismo, segundo os dados da SEFA-PR (2017), referentes ao ano de 2015.

Atualmente, há uma procura crescente por destinos naturalmente preservados, onde seja possível a prática de atividades de lazer. O turismo de aventura, de pesca e náutico apresentam um desenvolvimento incipiente que, a

partir de sua estruturação, potencializa o desenvolvimento do turismo com o aumento do fluxo e permanência dos visitantes (PDITS, 2015).

As regiões litorâneas e costeiras do Brasil apresentam uma multiplicidade de ecossistemas extremamente produtivos sob o ponto de vista de recursos naturais. São áreas de criação e refúgio permanente ou temporário de inúmeras espécies de organismos marinhos, além de servirem de residência ou de rota migratória para várias espécies de aves e animais importantes da fauna brasileira (DIEGUES, 2001).

O litoral se particulariza por uma apropriação cultural que o identifica como um espaço de lazer por excelência, e os espaços preservados são, hoje, ainda mais valorizados nesse sentido. Isto sustenta uma das indústrias litorâneas de maior dinamismo na atualidade, qual seja a que serve às atividades turísticas e de veraneio (MORAES, 2008).

Por isso, segundo COSTA, 2011, o turismo nas zonas costeiras é forte e impõe influência sobre a realidade sócio-ambiental, principalmente por suas incursões de natureza socio-econômica.

Para explicar, em média 2,4 milhões de turistas trafegaram pelas rodovias que dão acesso ao litoral do Paraná, entre 2007 e 2012 (SETU, 2013) e, entre 2006 e 2012, o percentual de empregos em turismo verificado na região litorânea obteve índice de 6,8%, acima da média do estado, que foi de 4,5% (PRTUR, 2014). Pontal do Paraná recebia por ano, em 2005, cerca de 560.000 turistas (SETU, 2006).

A diversidade física e biológica do litoral do estado influenciou a ocupação, condicionando seus usos, que atualmente são, principalmente, o portuário, pesqueiro, turístico e a conservação dos ecossistemas presentes (PIERRI, ANGULO, SOUZA et al 2006).

Segundo ANGULO (2004), esses ambientes são extremamente dinâmicos e neles convergem processos terrestres, oceânicos e atmosféricos, que podem alterar significativamente suas características em curtos períodos de tempo.

Muitas das cidades costeiras vislumbram no turismo sua fonte de desenvolvimento econômico, e por isso, requerem ainda mais atenção por uma gestão sustentável quanto à sua organização estrutural, prezando pela qualidade ambiental, segurança e infraestrutura, especialmente para os residentes locais (SILVA & SORIANO-SIERRA, 2013).

No entanto, nem todo destino turístico litorâneo tem sido explorado e gerido com responsabilidade social e ambiental, conhecimento e respeito pelos ecossistemas costeiros, como explica FRANCIA (2012).

Nesse cenário de dinamismo dos processos naturais e diversos usos conflitantes no território físico, o ordenamento de cada um desses usos se torna necessário para que se evite ao máximo o caráter conflitante desse contexto.

A organização e estruturação do uso turístico, por meio do planejamento e de políticas públicas que adequem as necessidades do município de preservar o ambiente natural, o potencial turístico que esse ambiente preservado proporciona, junto com a participação da comunidade local consiste em um desafio. Sem planejamento adequado, a atividade turística implica em várias situações de conflitos socioeconômicos e impactos ambientais (PGIOM, 2004).

Planejar é raciocinar em termos definidos sobre o setor, como ele deverá chegar à posição que os administradores públicos almejam, combater os riscos e tirar partido das vantagens previsíveis. Assim, em termos amplos, podem-se distinguir os seguintes pontos básicos no conceito de planejamento: estabelecer objetivos, definir cursos de ação e determinar as necessidades de recursos (BENI, 2006).

No mercado turístico, as vantagens comparativas são fortemente determinadas pela diversidade de características dos destinos. Dispor de um elenco diverso de atrativos turísticos favorece o desenvolvimento do setor (OLIVEIRA; JUNIOR; HARB, 2011). O conceito de atrativo tem como prerrogativa a existência de condições mínimas de visitação. A infraestrutura deve suprir necessidades básicas dos turistas; caso o local não ofereça tais facilidades, o local possui apenas potencial e não pode ser considerado um atrativo (FERNANDES; MENEZES, 2009).

Os atrativos turísticos podem ser naturais; culturais; atividades econômicas ou eventos programados e são compostos de “locais, objetos, equipamentos, pessoas, fenômenos, eventos ou manifestações capazes de motivar o deslocamento de pessoas para conhecê-los” (MTUR, 2007). Para uma análise mais adequada, deve-se categorizar os atrativos.

Neste trabalho, serão abordados apenas os atrativos turísticos naturais, que seguem a seguinte definição do MTUR (2007): “elementos da natureza que, ao serem utilizados para fins turísticos, passam a atrair fluxos turísticos (montanhas, rios, ilhas, praias, dunas, cavernas, cachoeiras, clima, fauna, flora etc)”.

O enfoque analítico de cada atrativo permite fixar o valor intrínseco do próprio recurso com base em suas principais características, das quais se obtém um índice de qualidade que pode ser comparável ao calculado para outras áreas ou recursos de características similares. Tal análise possibilita atribuir valor quantitativo ao atrativo, de modo a classificá-lo em uma escala de hierarquização, demonstrando em números o valor de potencialidade de cada atrativo e do município (FERNANDES; MENEZES, 2009).

Conhecer o turista e o território, bem como gerar dados que dêem embasamento para uma estruturação de destinos turísticos, são ações estratégicas elaboradas pelo Plano Nacional de Turismo (2013). Assim como o Programa de Regionalização do Turismo (2013), que tem como uma de suas premissas básicas realizar estudos para a identificação e fortalecimento de produtos ou roteiros turísticos a serem desenvolvidos.

O setor é tido como estratégico para o funcionamento da economia nacional pelo MTUR (2011), que propõem a realização de um inventário da oferta turística como o primeiro passo, tendo em uma de suas etapas a identificação e o registro dos atrativos dos municípios turísticos.

1.1 OBJETIVOS

- Conhecer o produto turístico natural potencial, e entender os possíveis impactos no uso territorial gerado pela atividade turística que ocorre atualmente no município.
- Objetivos específicos
 - Identificar os atrativos naturais;
 - levantar o nível de conhecimento dos moradores e visitantes a respeito dos atrativos;
 - avaliar as percepções desses grupos a respeito dos impactos que o turismo praticado hoje acarreta no município e;
 - a partir dessas percepções e junto com a avaliação do autor, hierarquizar esses atrativos.

2 ÁREA DE ESTUDO

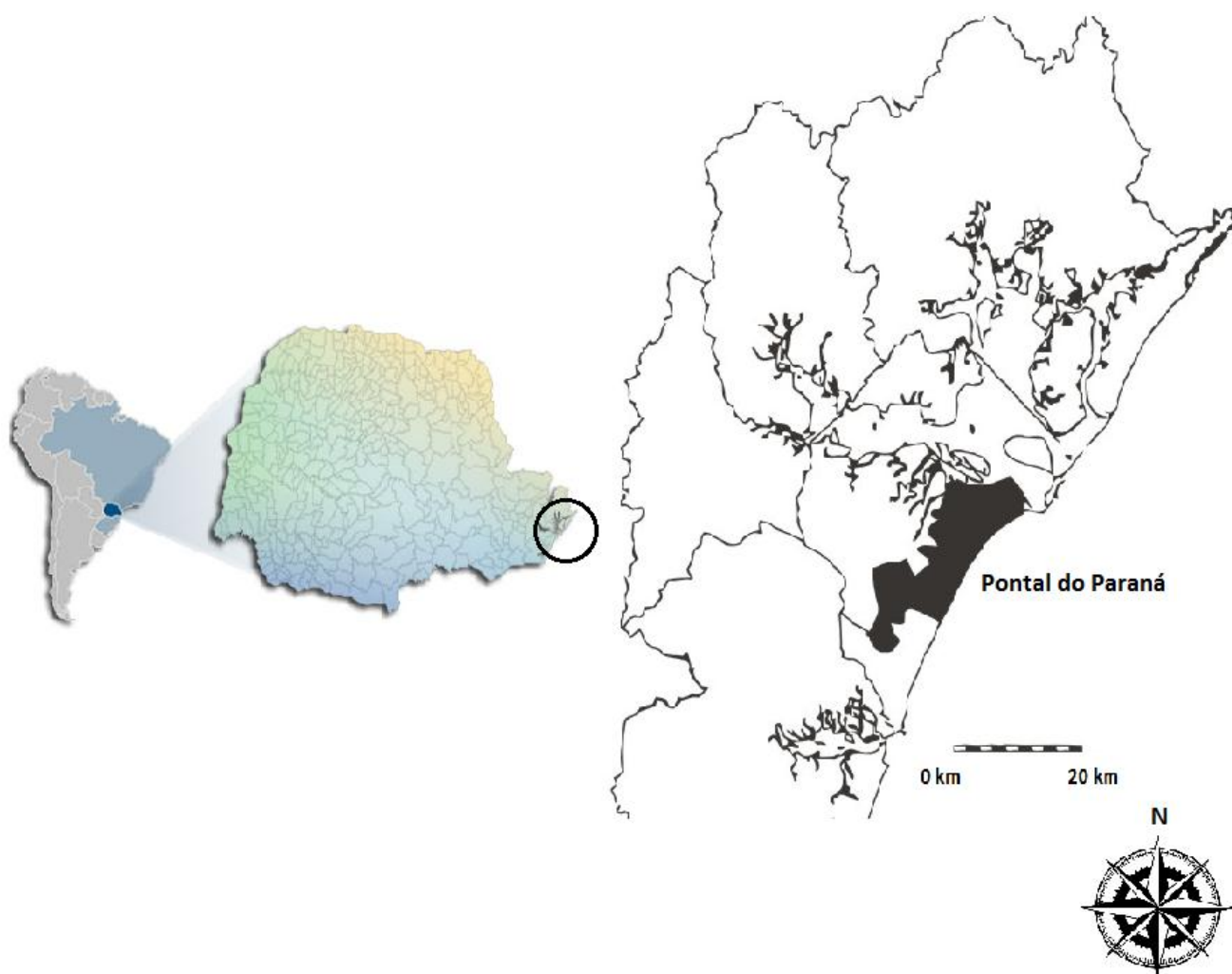
O litoral paranaense é composto de sete municípios: Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná. A área total, que corresponde a 3% do território paranaense, limita-se ao norte com o Estado de São Paulo, onde se localiza a Vila de Ararapira, ao sul com o Estado de Santa Catarina no curso do rio Saí-Guaçu, a leste com o Oceano Atlântico e a oeste com a denominada Serra do Mar. Além dos 98 km de praias balneáveis, a região abriga os últimos remanescentes da cobertura vegetal original do estado, grande porcentagem da avifauna e da mastofauna do estado (LEAL, 2000).

Com aproximadamente 6.900 km² de área (ANGULO, 1992), oferece uma grande variedade de atrações turísticas, particularmente para visitantes interessados em história natural e sociocultural, em função do bom estado de conservação do seu ambiente e da diversidade de recursos naturais: montanha, planície, estuário, costa e plataforma continental, são encontradas também áreas protegidas, uma rede de drenagem extensa, elevada biodiversidade, manifestações da cultura tradicional e comunidades pesqueiras de pequena escala (FONSECA NETO, 2007).

Pontal do Paraná caracteriza-se como Área Especial de Interesse Turístico, conforme LEI ESTADUAL N° 12243/98, e abriga costões rochosos, parcéis, marismas, planícies e canais de maré, restingas, manguezais, praias arenosas, além dos últimos remanescentes da Mata Atlântica brasileira (LANA et al., 2001). De fato, neste cenário ainda relativamente bem preservado e carregado de valores imateriais, o município conta com atrativos naturais não explorados e pouco divulgados pelos órgãos municipais e estaduais

Localizado em 25°40'25" S e 48°30'40" W, o município tem população estimada de 25.393 habitantes (IBGE 2017). Possui pouco mais de 200 km² de área e está inserido na planície costeira de Paranaguá. Ao sul faz limite com o município de Matinhos, ao norte com o Complexo Estuarino de Paranaguá, a leste com a plataforma continental e a oeste com o município de Paranaguá (CALDEIRA E PIERRÍ, 2014) (FIGURA 1).

FIGURA 1: LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO



Fonte: adaptado de IPARDES; 2009.

Distando de aproximadamente 120 km da capital Curitiba, que é um importante pólo emissor de turistas para a região litorânea do estado, Pontal do Paraná situa-se em um ambiente geograficamente propício ao desenvolvimento da atividade turística (PDITS, 2015).

3 METODOLOGIA

Como objetivo de estudar as potencialidades dos espaços turísticos de Pontal do Paraná, foram selecionados os atrativos naturais ofertados pelo *site* da prefeitura municipal, no guia turístico publicado em 07/12/2015, são estes: praias; Estrada Ecológica do Guaraguaçu; Rio do Guaraguaçu; Parque Natural Municipal do

Manguezal do Rio Perequê; Parque Nacional Marinho de Currais; e a Ilha da Galheta. Além destes, também foram considerados o Parque Natural Municipal da Restinga, e o Complexo Estuarino de Paranaguá.

Após o levantamento dos atrativos naturais, foi realizada uma hierarquização partindo de uma metodologia sugerida pelo MTUR (2007).

Primeiramente, é feita uma análise a respeito do potencial de atratividade dos atrativos turísticos a partir de uma ordem quantitativa representada na tabela 1.

TABELA 1: CARACTERÍSTICA POR HIERARQUIA

Hierarquia	Característica do atrativo
3 (alto)	É todo atrativo turístico excepcional e de grande interesse, com significação para o mercado turístico internacional, capaz de, por si só, motivar importantes correntes de visitantes, atuais e potenciais.
2 (médio)	Atrativos com aspectos excepcionais em um país, capazes de motivar uma corrente atual ou potencial de visitantes deste país ou estrangeiros, em conjunto com outros atrativos próximos a este.
1 (baixo)	Atrativos com algum aspecto expressivo, capazes de interessar visitantes oriundos de lugares no próprio país, que tenham chegado à área por outras motivações turísticas, ou capazes de motivar fluxos turísticos regionais e locais (atuais e potenciais).
0 (nenhum)	Atrativos sem méritos suficientes, mas que são parte do patrimônio turístico como elementos que podem complementar outros de maior hierarquia. Podem motivar correntes turísticas locais, em particular a demanda de recreação popular
FONTE: Mtur (2007)	

Em segundo lugar, foram avaliados aspectos que auxiliam na definição do modelo de hierarquização utilizado. Esse modelo permite classificar cada atrativo de acordo com uma escala pré-estabelecida, fornecendo subsídios para a diferenciação objetiva das características (grau de uso atual; representatividade; apoio local e comunitário; estado de conservação da paisagem circundante; infra-estrutura e acesso) e do grau de importância de cada atrativo (TABELA 2).

TABELA 2: CRITÉRIOS PARA HIERARQUIZAÇÃO

Critérios		Valores			
Potencial de atratividade		0 (nenhum)	1 (baixo)	2 (médio)	3 (alto)
Hierarquia	Grau de uso atual	Fluxo turístico insignificante	Pequeno fluxo	Média Intensidade e fluxo	Grande fluxo

	Representatividade	Elemento bastante comum	Elemento bastante comum	Pequeno grupo de elementos similares	Elemento singular, raro
	Apoio local e comunitário	Nenhum	Pequena parte da comunidade	Apoio razoável	Grande parte da comunidade
	Estado de conservação da paisagem circundante	Estado de conservação péssimo	Estado de conservação regular	Bom estado de conservação	Ótimo estado de conservação
	Infraestrutura	Inexistente	Em estado precário	Necessitando de intervenções/melhorias	Ótimas condições
	Acesso	Inexistente	Em estado precário	Necessitando de intervenções/melhorias	Em ótimas condições
FONTE: Mtur (2007)					

Os itens potencial de atratividade e representatividade dos atrativos devem receber a pontuação em dobro, ou seja, ter peso dois, por serem mais significativos em comparação com os demais itens avaliados.

Por fim, somam-se os pontos obtidos e define-se o *ranking* de atrativos. Quanto maior o número de pontos de determinado atrativo, maior sua importância e possibilidade de ser incluído em roteiros turísticos.

Para a análise das impressões dos usuários do produto turístico, foram realizadas entrevistas semiestruturadas a partir da elaboração de dois questionários. Um deles foi aplicado com os turistas na alta temporada, e outro foi aplicado com os moradores locais.

As entrevistas com os turistas foram realizadas nas praias em quatro dos 48 balneários de Pontal do Paraná (Praia de Leste, Shangri-lá, Ipanema e Pontal do Sul), que estão distribuídos nos seus 22,6 km de costa. A escolha desses pontos foi feita para assegurar um mínimo de aleatoriedade da amostragem dos entrevistados, de modo que represente o mais fiel possível a população total de turistas que frequentam o município. Além desses pontos de amostragem, também foram realizadas entrevistas *on-line*, totalizando 150 entrevistas.

Com os moradores locais, as entrevistas foram realizadas com os alunos de uma escola pública no balneário de Pontal do Sul, com funcionários atuantes no comércio do município (em atividades relacionadas ou não à atividade turística) nos

balneários de Pontal do Sul, Ipanema, Shangri-lá e Praia de Leste, totalizando 150 entrevistas.

4 RESULTADOS

4.1 PERFIL SÓCIOECONÔMICO E PERCEPÇÕES DOS TURISTAS

A maior parte dos turistas vêm de Curitiba e região metropolitana (88%), o restante vêm de outras cidades dentro do estado do Paraná (7%), e a minoria (4%) é de fora do estado, 1% dos entrevistados não responderam (FIGURA 2A)

Aproximadamente dois terços dos entrevistados possuem renda média (entre R\$ 1.300,00 e R\$ 3.900,00) e alta (entre R\$ 3.900,00 e R\$ 7.800,00); 11% têm renda alta (maior que R\$ 7.800,00) e 15% tem renda baixa (até R\$ 1.300,00), apenas 1% não responderam (FIGURA 2B).

Entre os entrevistados, 7% não completaram o 2º grau; 78% possuem 2º grau completo, destes, 23% possuem ensino superior completo e 19% incompleto, 5% fizeram pós graduação; 3% têm 1º grau completo e 11% incompleto, apenas 1% declarou não ter escolaridade (FIGURA 2C).

Mais da metade dos entrevistados frequentam o município a mais de 10 anos; 26% entre cinco e dez anos; 9% entre dois e cinco anos; e apenas 9% visitaram o município pela primeira vez; 4% não responderam (FIGURA 2D)

Apenas 15% dos turistas se hospedam em hotéis ou pousadas; 12% ficam em associações; 28% alugam casas; 42% se hospedam em casas de amigos ou parentes; e 25% possuem casa própria no município; 5% não responderam (FIGURA 2E)

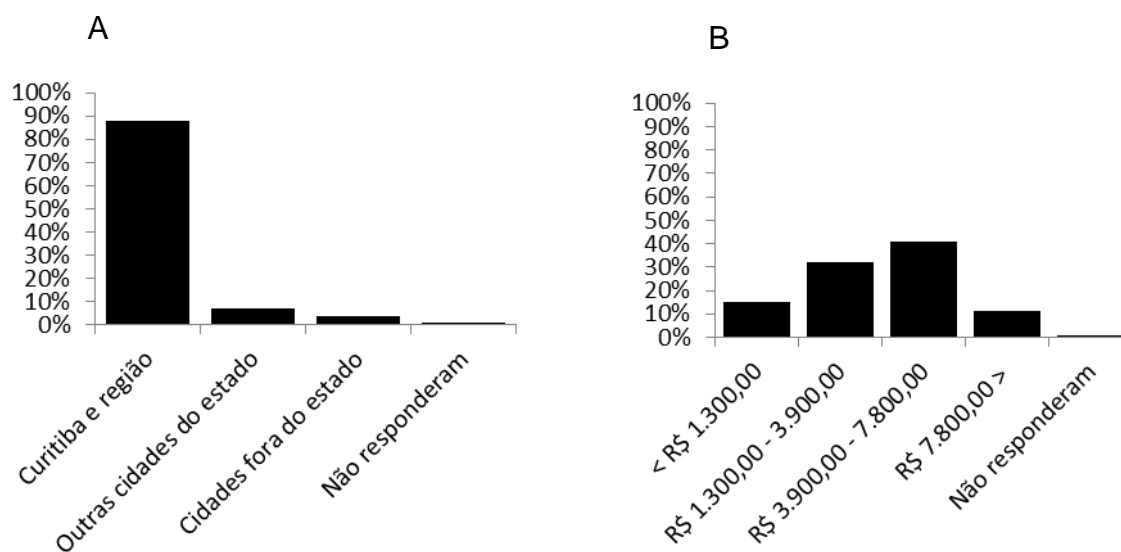
Todos os entrevistados declararam já ter visitado as praias do município; mais da metade também já visitaram a baía de Paranaguá com fins turísticos; apenas 6% já foram ao PARNA Marinho de Currais; também 6% visitaram a Ilha da Galheta; 5% conhecem o Rio do Guaraguaçu e apenas 3% conhecem a EE do Guaraguaçu; 7% afirmaram que já foram o PNM do Manguezal do Rio Perequê; nenhum entrevistado afirmou conhecer o PNM da Restinga (FIGURA 2F).

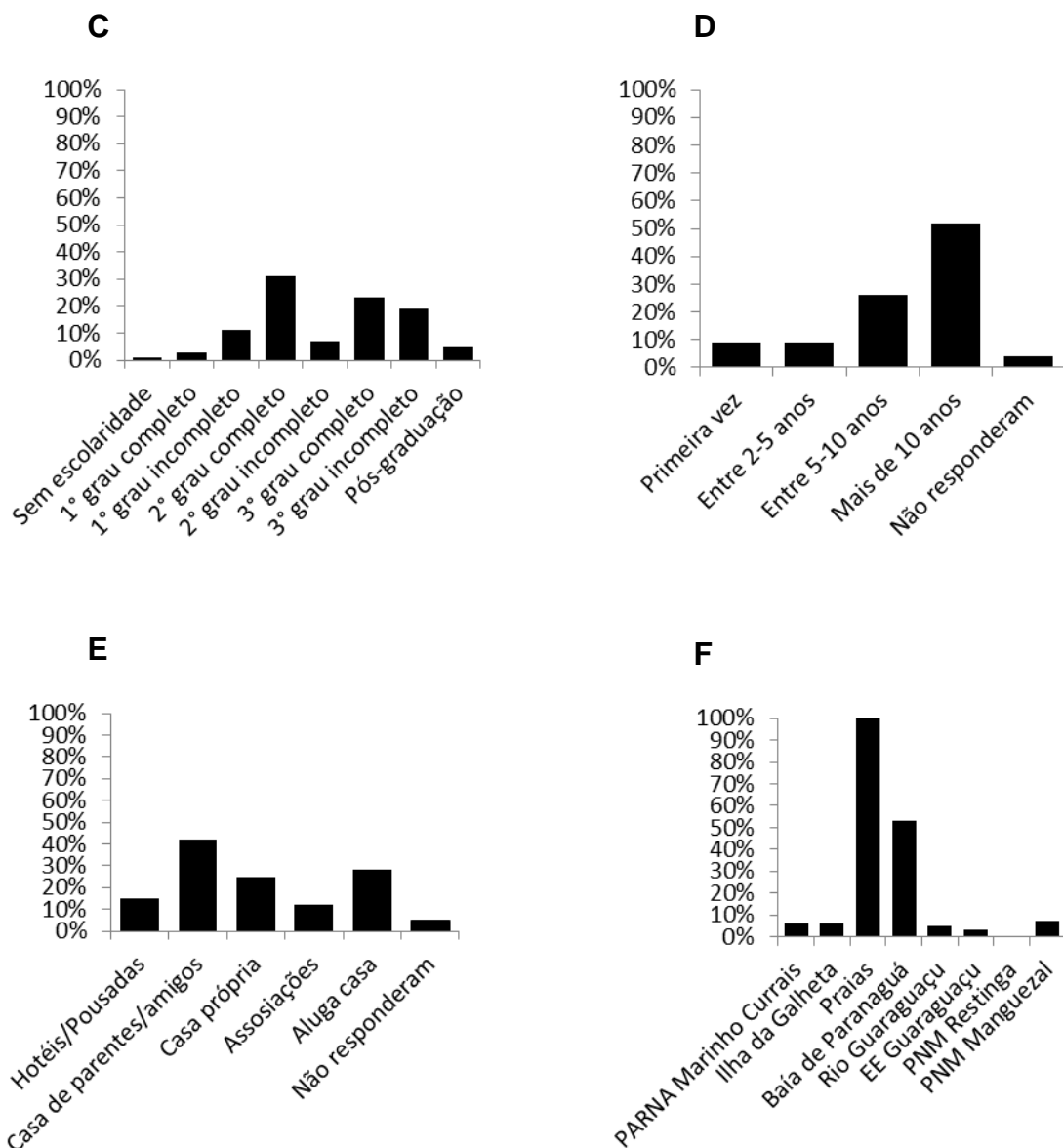
Os serviços terciários foram, de maneira geral, mal avaliados. Nenhum serviço foi considerado ótimo pelos entrevistados; aproximadamente metade dos turistas não souberam avaliar os serviços de hotelaria e agenciamento de turismo

(47% e 51% respectivamente). Os transportes foram avaliados como ruins para 45% dos entrevistados; apenas os restaurantes foram avaliados como bons (60%) (TABELA 3).

FIGURA 2: ASPECTOS SÓCIOECONÔMICOS DOS VISITANTES

O gráfico “A” representa a origem dos visitantes; “B” a renda domiciliar; “C” a escolaridade; “D” o tempo que frequentam o município; “E” onde se hospedam e “F” corresponde aos lugares onde visitaram ao menos uma vez.





FONTE: O autor (2017)

TABELA 3: AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS TERCIÁRIOS PRESTADOS AOS TURISTAS

Avaliação	Hotéis/Pousadas	Transportes	Restaurantes	Agências de turismo
Péssimo	5%	19%	3%	22%
Ruim	11%	45%	3%	10%
Regular	20%	10%	26%	9%
Bom	17%	11%	60%	8%
Ótimo	0%	0%	0%	0%
Não opinaram	47%	15%	8%	51%

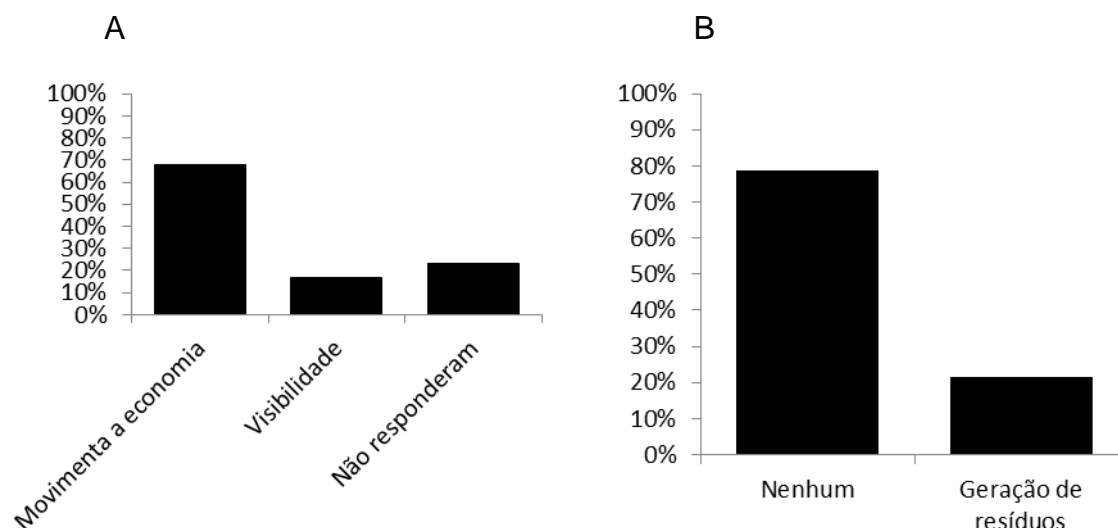
FONTE: O autor (2017)

Na percepção dos turistas, os impactos positivos do turismo que praticam no município é a movimentação da economia local (68% das respostas); e a visibilidade (17% das respostas); 23% não responderam (FIGURA 3A).

A grande maioria dos turistas acredita que o turismo que praticam não traz nenhum impacto negativo ao município (79% dos entrevistados); alguns turistas apontaram a geração de resíduos sólidos e efluentes domésticos como sendo um problema na realização de suas incursões turísticas (21%) (FIGURA 3B).

FIGURA 3: IMPACTOS DO TURISMO PELA PERCEPÇÃO DOS VISITANTES

“A” aponta os impactos positivos do turismo praticado no município; “B” aponta os impactos negativos

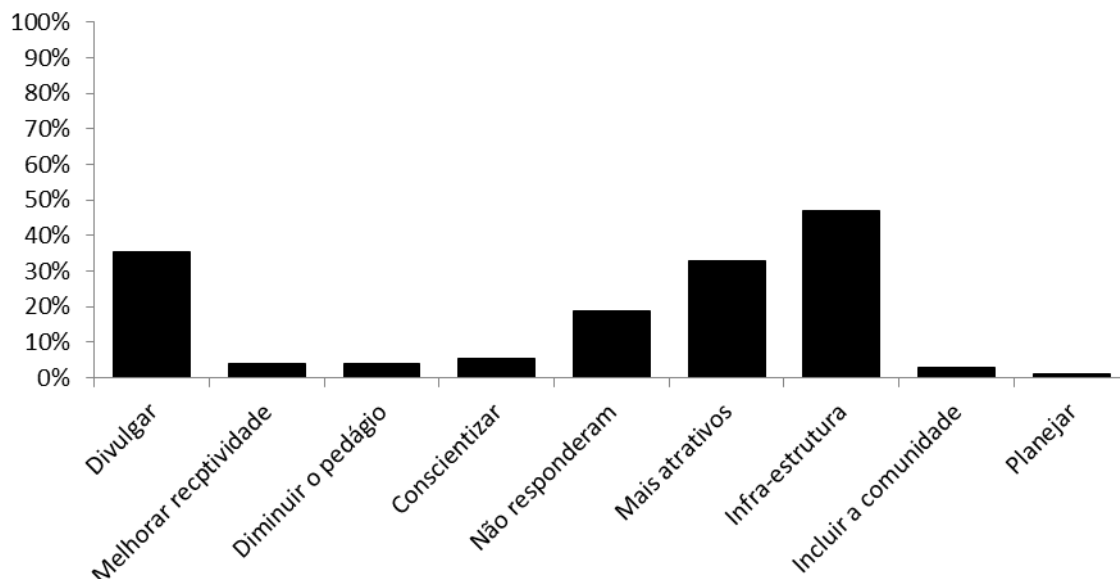


FONTE: O autor (2017)

Em relação às melhorias necessárias para impulsionar a atividade turística, investimentos em infra-estrutura, divulgação, e a criação de mais atrativos foram os fatores mais citados dentre as respostas (47%, 35%, e 33% respectivamente); entre 3% e 5% citaram também a necessidade de melhorar a receptividade com os visitantes, conscientizar à respeito da preservação dos ambientes, diminuir o preço do pedágio cobrado na BR-277, principal via de acesso ao município, e incluir a comunidade receptora no planejamento e execução de atividades turísticas; apenas 1% citaram a necessidade de planejar o turismo; 19% dos entrevistados não responderam (FIGURA 4).

FIGURA 4: COMO FOMENTAR O TURISMO NA VISÃO DOS VISITANTES

O que o município deve fazer para fomentar o desenvolvimento turístico.



FONTE: O autor (2017)

4.2 PERFIL SÓCIOECONÔMICO E PERCEPÇÕES DOS MORADORES

Aproximadamente 90% dos moradores entrevistados tem o 1º grau completo, quase metade (45%) completou o 2º grau, um quarto não completou; 18% possui ensino superior completo e 9% não têm escolaridade (FIGURA 5A).

Um terço dos entrevistados tem renda domiciliar considerada baixa (até R\$ 1.300,00); 41% tem renda média baixa (entre R\$ 1.300,00 e 3.900,00); 22% tem renda média alta (entre R\$ 3.900,00 e 7.800); e apenas 3% recebem mais que R\$ 7.800,00 (FIGURA 5B).

Mais de 70% dos moradores vivem em Pontal do Paraná a mais de dez anos (destes, 26% a mais de vinte anos); 13% moram a menos de cinco anos e 14% entre cinco e dez anos (FIGURA 5C).

Entre os atrativos, as praias já foram visitadas por todos os moradores entrevistados, as baías já foram aproveitadas por 65%; nenhum visitou o PNM da Restinga; mais de um terço já visitou o PNM do Manguezal do Rio Perequê e a Ilha

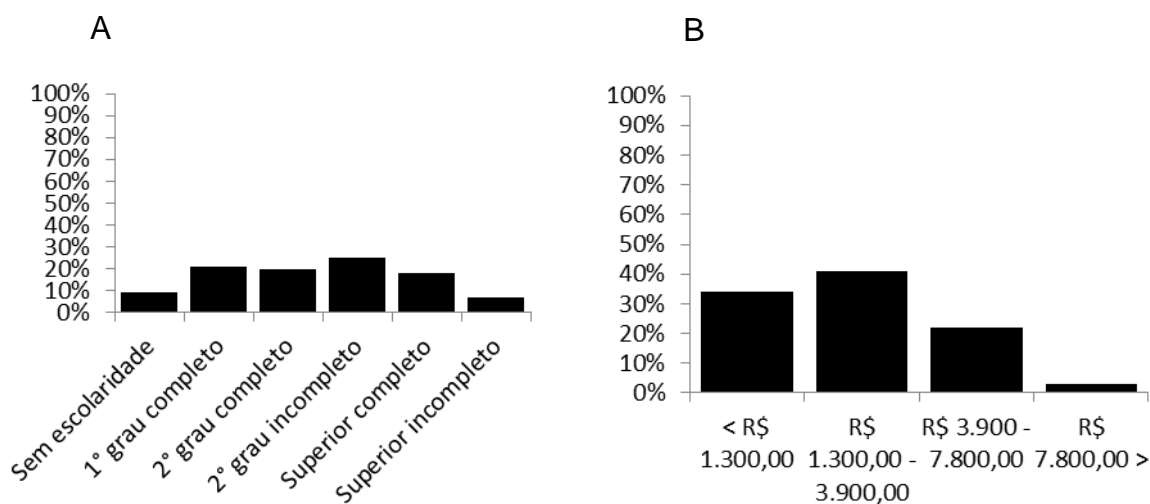
da Galheta, e apenas 19% conhecem o PARNA Marinho de Currais e a EE do Guaraguaçu (FIGURA 5D).

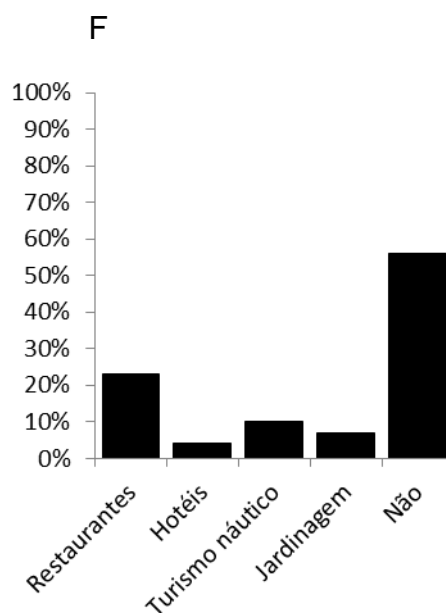
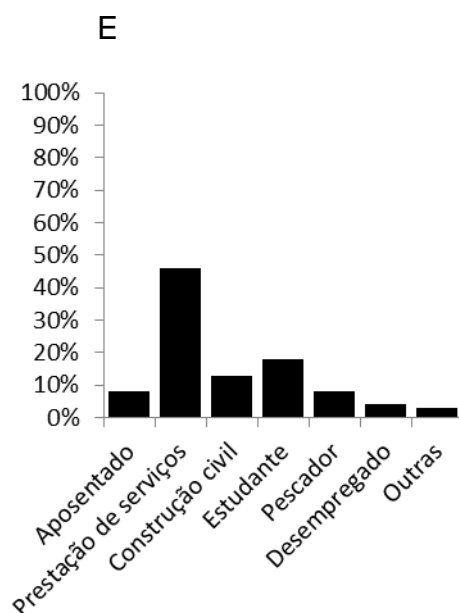
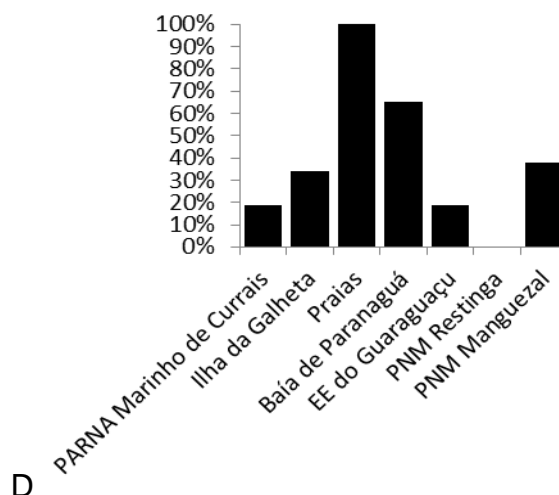
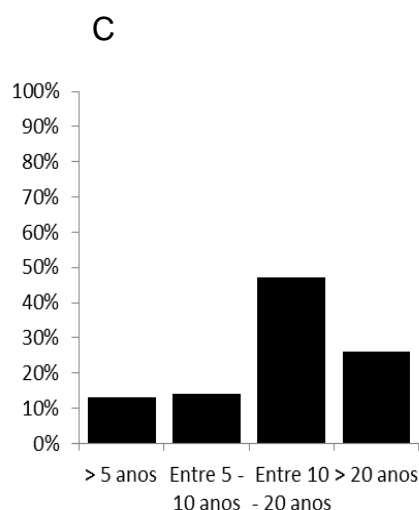
Cerca da metade dos moradores trabalham na prestação de serviços ao setor turístico, de maneira direta ou indireta; 18% são estudantes e 13% trabalham na construção civil; 8% dos entrevistados são pescadores, a mesma porcentagem para os aposentados; 4% estão desempregados e 3% correspondem a outras ocupações (FIGURA 5E).

Quase a metade dos entrevistados possuem um segundo emprego na época de alta temporada; aproximadamente um quarto deles, em restaurantes, seguidos do turismo náutico, de atividades relativas a limpeza de terrenos e jardinagem de casas de veraneio e no setor hoteleiro (FIGURA 5F).

FIGURA 5: ASPECTOS SÓCIOECONÔMICOS DOS MORADORES

“A” representa a escolaridade; “B” a renda mensal domiciliar; “C” o tempo de moradia no município; “D” corresponde ao lugar visitado ao menos uma vez; “E” refere-se a ocupação, e “F” a ocorrência ou não de um segundo emprego na alta temporada





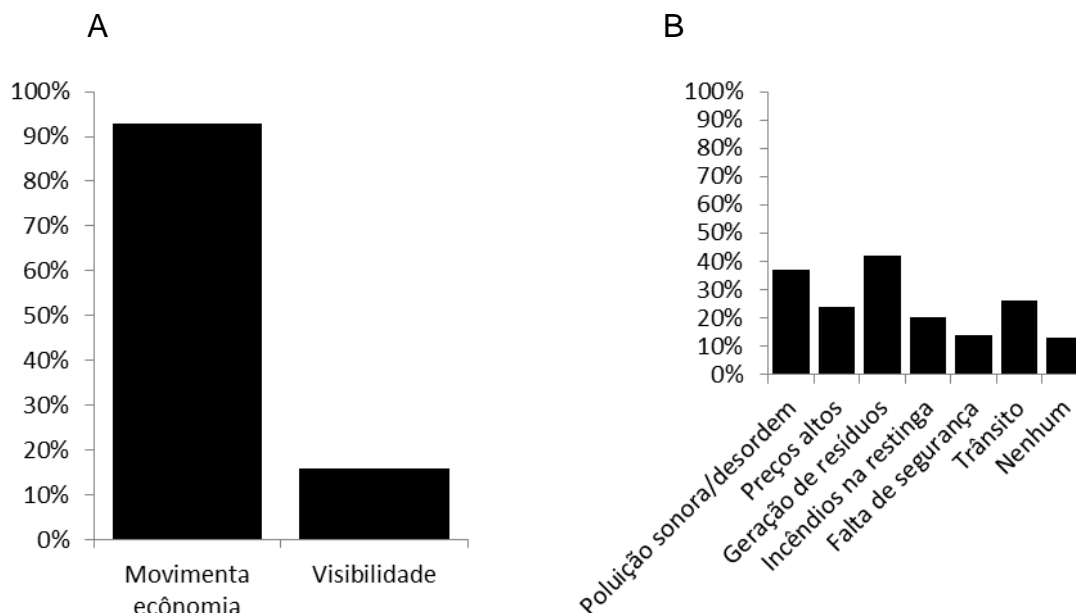
FONTE: O autor (2017).

A movimentação da economia, enquanto impacto positivo decorrente da atividade turística, foi citada por quase todos os entrevistados; 16% também citaram a visibilidade positiva para o município (FIGURA 6A).

Entre os impactos negativos, a poluição sonora/desordem, e a geração de resíduos foram citados em aproximadamente 40% das respostas; os o aumento nos preços e no tráfego foi citado por quase um quarto dos entrevistados; os incêndios na área especial da restinga foi mencionado em 20% das respostas; a diminuição da segurança em 14% e, apenas 13% acreditam não haver nenhum impacto negativo (FIGURA 6B).

FIGURA 6: IMPACTOS DO TURISMO PELA PERCEPÇÃO DOS MORADORES

“A” aponta os impactos positivos, na visão dos moradores; e “B”, os impactos negativos.

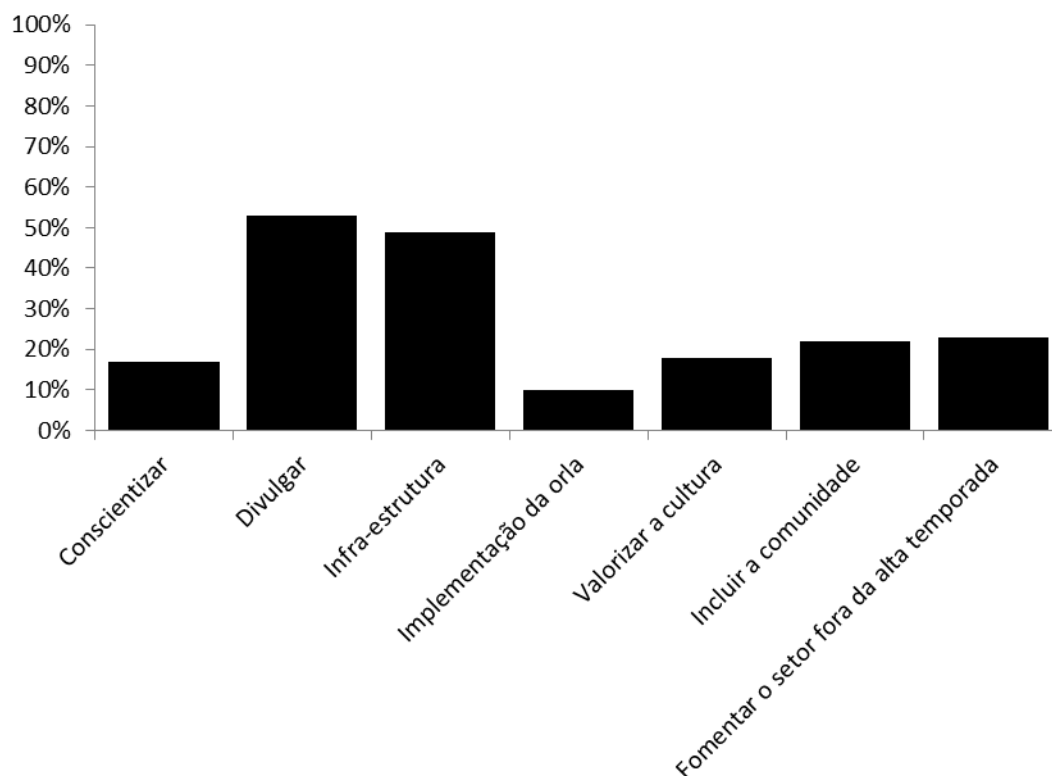


FONTE: O autor (2017)

Para um melhor desempenho do setor, aproximadamente a metade dos moradores mencionaram o investimento em infra-estrutura e um maior esforço para divulgar os atrativos do município; quase um quarto apontaram a importância de incluir mais a comunidade no desenvolvimento e a execução de atividades que busquem a não estagnação do setor ao longo do ano; 18% citaram a valorização da cultura e local; 17% mencionaram a conscientização referente à conservação do ambiente e ao respeito dos turistas para com os moradores; 10% dos entrevistados ainda citaram a implementação da orla (FIGURA 7).

FIGURA 7: COMO FOMENTAR O TURISMO NA VISÃO DOS MORADORES

O que o município deve fazer para fomentar o desenvolvimento turístico, na visão dos moradores.



FONTE: O autor (2017)

4.3 DESCRIÇÃO DOS ATRATIVOS

4.3.1 PARNA MARINHO DAS ILHAS DOS CURRAIS

Nome oficial	Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais
Nome usual	Ilha dos Currais
Localização	Localizado em 25°44'02" S e 48°22'05" W, distante do ponto mais próximo da costa (balneário praia de leste) por cerca de seis milhas náuticas
Sinalização	Não há sinalização de acesso e nem turística
Natureza	Pública
Entidade mantenedora	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Entidade/esfera	Autarquia federal

Estado geral de conservação	Bom
Data de criação	20 de junho de 2013

O PARNA Marinho dos Currais, criado a partir do DECRETO FEDERAL Nº 12.829/2013, consiste em um arquipélago formado por três ilhas (Grapirá, Três Picos e Filhote), e encontram-se a cerca de 10 milhas náuticas do embarcadouro esportivo de Pontal do Sul. É um importante símbolo do município, inclusive está representado na bandeira de Pontal do Paraná.

A disposição das ilhas se dá num eixo noroeste – sudeste, estando a maior das ilhas no lado leste do arquipélago (BORZONE, 1994, citado por DAROS, 2010). No infralitoral profundo existe grande diversidade de algas e gorgonáceos. Na margem norte e nordeste, até uma profundidade de 18 m, são encontrados vários afloramentos rochosos e esporões ao redor da mesma ilha. A diversidade da fauna bêntica aumenta com a profundidade e a borda do costão apresenta formações coralináceas dispersas, esponjas, gorgonáceos e bivalves (PINHEIRO, 2005).

Com cerca de 1.359,70 ha (ICMBIO, 2017), é um importante local de nidificação de aves marinhas e estima-se que vivam cerca de 8 mil aves nos costões do arquipélago (MMA, 2017)

As aves mais encontradas no arquipélago são o atobá (*sula leucogaster*), o tesoureiro (*Fregata magnificiens*), que se mantém reprodutivamente ativas durante o ano todo e a gaivota (*L. Dominicanus*), que pode ser encontrada no arquipélago durante o ano todo, mas se reproduz entre julho e novembro. A espécie *Sterna hirundinacea* é um representante típico do inverno, e se reproduz entre junho e setembro, porém não em todos os anos. Já as duas espécies de Ciconiiformes, o socó (*Nycticorax nycticorax*), e a graça-branca-grande (*Casmerodius albus*), constroem seus ninhos durante a primavera (KRUL, 2004).

Essas características tornam possíveis a realização de atividades de observação de aves e mergulho recreativo, conferindo ao atrativo potencial médio de atratividade, capaz de motivar fluxos turísticos nacionais. De fato, o atrativo é procurado principalmente por moradores locais, mesmo sem nenhuma infraestrutura para a visita e sem nenhuma regulação. O arquipélago consiste de um pequeno grupo de elementos similares (ilhas), e por isso lhe foi atribuído grau 2 referente à sua representatividade.

A a visitação pública nesta categoria de UC é permitida mas está sujeita às normas e restrições estabelecidas no plano de manejo MMA (2011), que neste caso inexistente, portanto, a visitação é irregular. Dessa maneira, a visitação é não oficial, não havendo nenhum controle sob o número de visitantes. O atrativo é ofertado pelo *site* da prefeitura mas não é explorado por nenhuma agência de turismo receptivo.

4.3.2 EE DO GUARAGUAÇU

Nome oficial	Estrada Domingos Santana Mesquita
Nome usual	Estrada Ecológica do Guaraguaçu
Localização	Situa-se às margens do Rio Guaraguaçu
Sinalização	Não há sinalização de acesso e nem turística
Natureza	Pública
Entidade mantenedora	Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná
Entidade/esfera	Municipal
Estado geral de conservação	Regular

O principal acesso à estrada situa-se junto à ponte do rio Guaraguaçu, na rodovia PR- 407, que liga Paranaguá a Praia de Leste (DEPINÉ, FIORI, 2005). O trajeto se estende por aproximadamente 26 km até o balneário de Pontal do Sul, margeando o rio Guaraguaçu. As conchas encontradas no sambaqui foram utilizadas para pavimentação da estrada e podem ser observadas em todo o percurso (PREFEITURA, 2015). Na sua maior parte existem trechos de Mata Atlântica contendo paisagens preservadas, podendo ser contempladas ao longo do trajeto, o trecho transitável por veículos é de aproximadamente 10 km, o restante do trajeto pode ser feito de bicicleta ou a pé (GONÇALVES, 2016).

Devido à proximidade de importantes atrativos culturais (o Sambaqui do Guaraguaçu é o maior sambaqui do litoral, e foi tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1982), a EE possui o maior grau possível de atratividade e representatividade (3).

A EE do Guaraguaçu é frequentada de maneira parcial, já que a maioria dos visitantes a utiliza para acessar a comunidade ou o sambaqui, não percorrendo o trajeto completo. A conservação encontra-se em bom estado, porém, a utilização de motocicletas e carros para realizar o trajeto transitável por veículos da trilha compromete o terreno. Além do acesso junto a PR-407, é possível se chegar a EE

através de mais dois pontos (no balneário Shangri-lá e no balneário de Pontal do Sul).

A infraestrutura turística é inexistente e, na menor das demandas, o atrativo não oferece condições de uso, comprometendo a experiência e influenciando negativamente a opinião do turista. Boa parte do percurso da estrada encontra-se em bom estado, porém há porção da trilha com um baixo topográfico, tornando essa área propícia a formação de lama, o que aumenta o grau de dificuldade na realização do percurso e confere um caráter sazonal ao atrativo, que pode ficar inacessível durante a estação mais chuvosa.

4.3.3 PRAIAS

Nome oficial	Praias
Nome usual	Praias
Localização	Entre as coordenadas 25° 33' e 25°43' S e 48° 21' e 48° 29' W (NOERNBERG)
Sinalização	Pouca sinalização de acesso; não há sinalização turística
Natureza	Pública
Entidade mantenedora	Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná
Entidade/esfera	Municipal
Estado geral de conservação	Bom estado

As praias, com aproximadamente 22,6 km de extensão (ANGELOTTI, NOERNBERG, 2010) são o principal atrativo natural do município e possuem grande fluxo turístico nos meses de verão. Encontram-se em um bom estado de conservação, apesar de ficar evidente a grande quantidade de lixo gerado na alta temporada; o acesso se dá por diversas trilhas ao longo da faixa preservada de restinga.

Algumas iniciativas do governo estadual e municipal garantem a infraestrutura de apoio aos turistas na alta temporada. Existem algumas cabanas de madeira, que servem de abrigo aos guarda vida civis atuantes na alta temporada; lixeiras e duchas móveis são instaladas em alguns pontos da praia, mas essas estruturas são utilizadas somente na alta temporada, ficando abandonadas no restante do ano e, mesmo com a existência das lixeiras percebe-se uma grande disposição de resíduos, que permanece muitos meses após o período de maior fluxo turístico.

Em alguns balneários existem calçadas com pavimentação e estruturas de apoio aos turistas, como bancos e aparelhos de ginásticas. Já na maioria dos outros balneários não existe nenhum tipo de orla, além de haver uma interrupção da via entre os balneários Guapê e Atami.

4.3.4 COMPLEXO ESTUARINO DE PARANAGUÁ

Nome oficial	Complexo Estuarino de Paranguá
Nome usual	Baía de Paranaguá
Localização	Ao norte do município
Sinalização	Não há sinalização turística
Natureza	Pública
Entidade mantenedora	Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná
Entidade/esfera	Municipal
Estado geral de conservação	Regular

O CEP se encontra em bom estado de conservação, sendo prejudicado em certo grau pelo constante tráfego de embarcações. Várias ilhas, onde em muitas delas vivem comunidades tradicionais do litoral paranaense, constituem o atrativo.

Os componentes paisagísticos do espaço são marcantes ao observador, pois além das ilhas, estão presentes na paisagem a Serra do Mar e seus remanescentes de Mata Atlântica, um estaleiro de construção naval. O tráfego constante de embarcações de grande porte (em comunicação com o porto de Paranaguá), e de pequeno e médio porte, referente a atividades turística e de pesca, também constituem um importante elemento da composição visual do CEP.

A observação de cetáceos é uma atividade já ofertada de maneira informal por proprietários de embarcações da região. Possui intenso fluxo de visitantes, que buscam principalmente a pesca esportiva e a prática de esportes náuticos.

A baía é acessada através do terminal de embarque de Pontal do Sul e nas suas margens encontram-se bares e restaurantes, mas não existe nenhuma infraestrutura voltada ao desenvolvimento de atividades turísticas como o mergulho recreativo, que em partes não é estimulado devido às condições da atividade na região ser limitada pela visibilidade das águas.

4.3.5 ILHA DA GALHETA

Nome oficial	Ilha da Galheta
Nome usual	Ilha da Galheta
Localização	25°35'S, 48°19'W
Sinalização	Não há sinalização de acesso nem turística
Natureza	Pública
Entidade mantenedora	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Entidade/esfera	Autarquia federal
Estado geral de conservação	Regular

A Ilha da Galheta, a exemplo do arquipélago de Currais, é um afloramento rochoso situado na desembocadura sul do CEP, principal via de acesso ao estuário, a Ilha situa-se entre a Ilha do Mel e o continente (balneário de Pontal do Sul).

A Ilha está sob jurisdição da Estação Ecológica Federal de Guaraqueçaba (DECRETO N.º 87.222/1982 E DECRETO N.º 93.053/1986), esta categoria de unidade de conservação é configurada como de proteção integral e tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas (MMA, 2011). Desse modo, apenas a visitação para fins educacionais é permitida, mediante aprovação prévia do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, e de acordo com o que dispuser o plano de manejo (MMA, 2011), que nesse caso inexistente. Na Ilha, ocorre uma piscina natural, que se forma durante os períodos de maré baixa, atributo que pode potencializar o grau de atratividade do local.

A ilha encontra-se dentro do mesmo contexto paisagístico e de conservação que o CEP, por isso, apesar da dificuldade em acessar o atrativo e do caráter restritivo dessa categoria de UC, o endereço eletrônico da prefeitura oferta o atrativo e embora a visitação ocorra de maneira irregular.

4.3.6 RIO GUARAGUAÇU

Nome oficial	Rio Guaraguaçu
Nome usual	Rio Guaraguaçu
Localização	Divisa de Pontal do Paraná com Paranaguá
Sinalização	Não há sinalização de acesso nem

	turística
Natureza	Pública
Entidade mantenedora	Prefeitura de Pontal do Paraná
Entidade/esfera	Municipal
Estado geral de conservação	Bom

O Rio Guaraguaçu faz a divisa entre Pontal do Paraná e Paranaguá, e entre Pontal do Paraná e Matinhos. Possui aproximadamente 60 km de extensão, sendo navegável em quase todo o seu curso, desembocando em frente à ilha da Cotinga (BIGUNAS 2005).

A prática de pesca, o passeio turístico com pequenas embarcações além da canoagem, são usos que ocorrem de maneira pouco intensa no atrativo, que é um elemento comum dentro do contexto paisagístico do litoral paranaense. Não possui infraestrutura turística e ao longo de suas margens ocorrem algumas construções irregulares, utilizadas pelos visitantes.

4.3.7 PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA RESTINGA

Nome oficial	Parque Natural Municipal da Restinga
Nome usual	Parque da Restinga
Localização	Na orla marítima do município, paralelo à linha de costa
Sinalização	Pouca sinalização turística
Natureza	Pública
Entidade mantenedora	Prefeitura de Pontal do Paraná
Entidade/esfera	Municipal
Estado geral de conservação	Regular
Data de criação	10 de setembro de 2001

Criado a partir do DECRETO MUNICIPAL N.º 706/2001, o PNM da Restinga, que totaliza 4.075.092,79m², ainda não está implementado. Sua regulamentação depende da elaboração de um plano de manejo que direcione e limite seus usos. Esta categoria de UC tem como objetivo básico preservar a natureza mantendo os ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, restringindo suas possibilidades de utilização e admitindo apenas o uso indireto (MMA, 2011).

Ao longo da faixa preservada de restinga, não há nenhuma infraestrutura turística, a não ser por algumas placas informativas quanto a conservação do local, que foram financiadas por membros da sociedade civil, em alguns balneários do

município. Encontra-se em estado regular de conservação, devido à ocupações irregulares, que conflituam diretamente com o objetivo desta categoria de UC.

Através das trilhas que cortam perpendicularmente a faixa de restinga, ocorre o acesso a praia. Muitas dessas trilhas encontram-se em estado ruim de preservação. Em quatro destas trilhas existem passarelas de madeira suspensa sobre a vegetação, ligando a rua a praia (três em Ipanema e uma próxima ao balneário Marisol).

4.3.8 PNM DO MANGUEZAL DO RIO PEREQUÊ

Nome oficial	Parque Natural Municipal do Manguezal do Rio Perequê
Nome usual	Parque do Manguezal do Perequê
Localização	Às margens do rio Perequê
Sinalização	Não há sinalização de acesso nem turística
Natureza	Pública
Entidade mantenedora	Prefeitura de Pontal do Paraná
Entidade/esfera	Municipal
Estado geral de conservação	Regular
Data de criação	10 de setembro de 2001

O PNM do Manguezal foi criado juntamente com o PNM da Restinga, a partir do mesmo DECRETO MUNICIPAL N.º 706/2001. Suas condições de usos são idênticas. Seu território está localizada as margens do rio Perequê-Mirim, totalizando 248.586,00m².

O parque oferecia uma estrutura física, mas em 2016 essa estrutura foi anexada ao Centro de Estudos do Mar, para alojar salas de aula e posteriormente se tornar o local biblioteca da instituição. Desde então, o PNM do Manguezal possui apenas uma trilha ao redor da área de manguezal (trilha do “Micuim”), onde funcionavam antigos tanques de engorda de camarão do CEM, sem nenhuma sinalização de acesso. A trilha encontra-se desativada.

4.4 TABELA RESUMO DA HIERARQUIZAÇÃO DOS ATRATIVOS NATURAIS DE PONTAL DO PARANÁ

Dentre os oito atrativos avaliados, a EE do Guaraguaçu e o PARNA Marinho de Currais foram os mais bem hierarquizados, sendo os únicos atrativos capazes de movimentar fluxos turísticos de outros estados, os demais atrativos são capazes apenas de movimentar fluxos regionais. Nenhum atrativo foi considerado apto para mobilizar a visitação por turistas estrangeiros (TABELA 4).

TABELA 4: HIERARQUIZAÇÃO DOS ATRATIVOS NATURAIS

Atrativo	Atrativo	Uso atual	Representatividade	Apoio Comunitário	Conservação	Infra	Acesso	Total	Hierarquia
EE do Guaraguaçu	3x2	1	3x2	1	2	0	1	17	2
PARNA Marinho Currais	2x2	2	2x2	1	3	0	1	16	2
Praias	1x2	3	1x2	3	2	2	2	16	1
CEP	2x2	3	1x2	1	2	2	2	16	1
Ilha da Galheta	1x2	1	2x2	1	2	0	2	12	1
Rio Guaraguaçu	1x2	1	1x2	1	2	0	1	9	1
PNM Restinga	0x2	0	1x2	1	1	1	2	7	1
PNM Manguezal	0x2	0	1x2	1	1	0	1	5	1

FONTE: O autor (2017)

5. DISCUSSÃO

Em conformidade com outros levantamentos estatísticos realizados por órgãos públicos, o mesmo padrão de origem e hospedagem dos visitantes do litoral é encontrado, concordando com os resultados do presente estudo.

Segundo um levantamento referente ao ano de 2012 realizado pela SETU (2013), 33,6% possuem casa própria no litoral, 30,3% dos turistas utilizam casa de parentes/amigos como meio de hospedagem, e menos de 15% utilizam a rede hoteleira. Entre oito localidades analisadas no mesmo estudo, o litoral do estado estava na última colocação no *ranking* de ocupação hoteleira, com pouco mais de 25% de taxa de ocupação nos estabelecimentos.

Entre os anos de 2000-2006, o turista que visitava o litoral paranaense era, em sua maioria de Curitiba, seguida de outras regiões do estado. Cerca de 90% já visitaram o município mais de uma vez, aproximadamente 43% hospedam-se em casa própria, 32% em casa de parentes/amigos, 15% em casas alugadas, e menos de 5% em hotéis SETU (2008).

Neste trabalho, mais da metade dos turistas entrevistados frequentam o município a mais de dez anos, a maioria dos entrevistados hospedam-se em casas de parentes/amigos, é uma minoria que tem como meio de hospedagem recorrente a rede hoteleira; segundo a SETU (2006), observa-se que a maioria dos entrevistados, mesmo que com pouca diferença, hospedavam-se em casa de parentes/amigos ou em casa própria.

Como já constatado por ESTADES, em 2003, a dinâmica sócio-econômica dominante do município é o turismo de sol e praia associado ao veraneio, mais de uma década depois, observando os dados apresentados neste trabalho e comparando com outros levantamentos, é possível afirmar que esta dinâmica mantêm-se no município, natural quando tratando-se de uma localidade costeira.

Devido a este aspecto histórico de uso e ocupação do litoral paranaense, foram priorizados os interesses de serviços e atividades associados ao turismo de sol e praia, os quais nem sempre decorrem de um processo de planejamento adequado MOURA, WERNECK (2000).

Uma das características do veraneio brasileiro, é a ocupação das orlas por fracionamento da terra, devido à densificação dessa ocupação ainda mal planejada, podendo acarretar em mudanças na vocação turística e das características originais do município MORAES (2007).

Esse processo acarreta em outra dinâmica sócio-econômica importante no cenário do município, a presença de forçantes permanentes que visam maior flexibilidade no aproveitamento dos solos, através da especulação imobiliária SAMPAIO (2006). Para BENI, 2006, esta dinâmica especuladora pode sacrificar a paisagem e a ecologia. A constante queimada nas áreas de restinga foi um dos problemas apontados em relação a atividade turística do município, mostrando que muitas pessoas não entendem a importância ecossistêmica e paisagística desses ambientes. Conforme afirma KOTLER (2004), os ecossistemas e as regiões mais próximas da orla marítima sofrem as maiores pressões de ocupação e processos de urbanização do litoral. No mesmo sentido dessa afirmação, 10% dos entrevistados

acreditam ser necessária a implementação da orla no município para o fomento da atividade turística, suprimindo a vegetação de restinga. Levando em consideração a dinâmica demográfica crescente, dos 27.264 domicílios recenseados em Pontal do Paraná, 20.165 são utilizados por veranistas apenas durante a temporada (IPARDES; 2017), o uso do território pontalense tende a crescer junto.

A necessidade de manutenção dos imóveis de veraneio e atenção às demandas sazonais, observado por MOURA; WERNECK (2000), faz com que se abra um mercado de ocupações informais que pode dar sustentação, mesmo que precária, à oferta crescente de mão-de-obra menos qualificada. DESCHAMPS e KLEINKE (2000) afirmam que, as funções próprias decorrentes do uso balneário/turístico, fomentam o setor terciário. Em concordância com esse diagnóstico, aproximadamente metade dos moradores entrevistados atuam na prestação direta ou indireta de serviços aos turistas, assim como quase metade possui um segundo emprego na alta temporada.

Em contra partida, foi identificado pelos moradores uma falta de empenho em fomentar o turismo fora da alta temporada, que é onde a atividade decai muito, de acordo com Beni, 2006. O setor terciário fica estagnado fora da alta temporada e força os moradores a se adaptarem ao patamar restrito das demandas cotidianas (MOURA; WERNECK, 2000).

Entre as políticas públicas sugeridas pelos meios de hospedagem e pelo setor de alimentação do litoral, em pesquisa feita pelo IPARDES (2009) , mais de 70% das sugestões referem-se à melhorias na infraestrutura, em ambas categorias. Bem como estudo realizado pelo MTUR, 2009, onde os entrevistados afirmaram que a falta de infra-estrutura é o ponto negativo mais notado em suas viagens, em concordância com o padrão encontrado nos dois grupos. Neste estudo, em aproximadamente 50% das respostas, tanto turistas quanto moradores apontaram a falta de infra-estrutura como o maior entrave para o desenvolvimento do setor no município.

A falta de infraestrutura é um problema clássico apresentado por localidades que possuem no veraneio sua principal fonte de recursos (BOULLÓN; 2002; BENI; (2006). A eficiência da atividade turística decorre de uma série de facilidades inerentes à estruturação urbana, já que a atividade ocorre em um espaço físico determinado (BOULLÓN; 2002; BENI; (2006). Nos atrativos naturais aqui analisados, a falta de infraestrutura foi observada em todos os casos. Por isso, como

pontuado por BOULLÓN; 2002, a espacialidade dos atrativos naturais analisados ficam no campo do “potencial” e dependem do bom planejamento e governança para que se tornem de fato, espaços turisticamente exploráveis. Para MORAES; 2008, os atrativos tidos como capital natural potencial, constituem uma reserva de valor que se expande em relação direta com suas reais possibilidades de uso.

Ainda, segundo a metodologia de planejamento do espaço turístico, proposta por BOULLÓN; 2002, os oito atrativos analisados nesse trabalho foram categorizados como “núcleo turístico”, que é um agrupamento com menos de dez atrativos turísticos, de qualquer hierarquia e categoria, que estão isolados no território e, portanto, têm um funcionamento turístico rudimentar ou carecem completamente dele, devido a seu grau de incomunicação. Contudo, o sistema organizacional turístico possui a característica da flexibilidade de alguns de seus elementos que podem evoluir pela melhora do empreendimento turístico até alcançar categorias superiores.

A falta de divulgação dos atrativos do município foi apontada por boa parte dos entrevistados dos dois grupos como um entrave para o desenvolvimento turístico. O ponto de embarque e suas proximidades se configuram em importantes espaços para divulgar e ofertar atrativos, aproveitando-se do fluxo constante de passageiros para despertar no visitante a vontade de permanecer por mais tempo e conhecer os atrativos ofertados dentro dos limites do município.

O terminal de embarque que dá acesso a baía, aglutina um grande contingente de visitantes que buscam a conexão entre o continente e as ilhas próximas, principalmente, com a Ilha do Mel (pertencente ao município de Paranaguá), que recebeu cerca de 120.616 visitantes em 2016. 93% dos visitantes da ilha do mel vieram através do ponto de embarque no balneário de Pontal do Sul, e apenas 7% por Paranaguá (ABALINE, 2017).

A beleza cênica que configura a paisagem e sua componente imaterial, que se refere não às características físicas do ambiente, mas sim ao bem estar humano, conforme observado em MILLENIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT (2005), formam o potencial explorável dos atrativos. Neste contexto, o capital imaterial intrínseco ao ambiente, assume papel fundamental no potencial de atratividade, CHAPIN, KOFINAS, FOLKE; 2009, afirmam que, em uma escala regional, as pessoas utilizam os ecossistemas como um importante componente para o bem-estar cotidiano; na pesquisa realizada pelo MTUR, 2009; aproximadamente 43% dos turistas

entrevistados associaram a atividade turística com descanso/tranquilidade e beleza natural; enquanto que aproximadamente 65% tem como roteiro preferido as praias.

Os dois grupos de entrevistados no presente trabalho, costumam frequentar as praias e por isso aparenta não ser necessário o planejamento do espaço. Porém é possível afirmar que Pontal do Paraná ainda encontra-se em franca expansão demográfica; segundo o IBGE, a projeção para 2017 é de 25.393 habitantes, aproximadamente 25% a mais que o último censo publicado, em 2010), nesse contexto, é natural que a demanda de usos sobre o espaço se intensifique.

Por isso torna-se fundamental a análise dos tipos de usos na área, a fim de reconhecer atividades potencialmente geradoras de alterações significativas na paisagem, para restringir usos nocivos e remediar possíveis impactos decorrentes do uso balneário desordenado.

6. CONCLUSÃO

A presença de ecossistemas ainda em bom estado de conservação confere benefícios imateriais aos usuários, porém, o patrimônio turístico do município detém apenas as potencialidades do espaço turístico, e de maneira geral, carece de componentes importantes para o fortalecimento dessa relação, como o aparato produtivo e seus recursos de apoio, além da falta de um sistema organizacional, e recursos humanos qualificados disponíveis subsidiar os usos no município.

Em sua maioria, os atrativos são difíceis de acessar e por isso possuem pouca demanda turística, limitando seus usos a grupos específicos de turistas. É possível que, assim que se estabeleçam vias de acesso e meios de transporte turístico, a demanda possa aumentar.

O núcleo turístico de Pontal do Paraná ainda carece de ações objetivas e investimentos pontuais que visem melhorar a qualidade de seus atrativos, a falta de infra-estrutura é notada e influencia diretamente em possíveis ações de *marketing* para impulsionar a visitação, afinal, como divulgar e ofertar um produto sem as mínimas condições para receber os possíveis consumidores?

O grande aporte de turistas na alta temporada (entre os meses de dezembro e fevereiro), aquece a economia e fomenta atividades formais e informais. Neste sentido, o turismo pode, de fato, vir a fomentar uma expansão econômica e

estrutural, integrando a comunidade no planejamento, execução e manutenção das atividades e protegendo seus ambientes através de uma ordenação adequada do território enquanto espaço turístico.

Porém, se mal planejado, a exploração turística pode comprometer o desenvolvimento da região, condenando seus espaços potenciais à locais isolados e sem nenhum apelo turístico, mantendo única e exclusivamente às praias como produto turístico explorável do município, acentuando assim os problemas de infraestrutura e uso desordenado da orla.

O turismo mal planejado pode ser um potencializador às pressões sofridas pela especulação imobiliária em sobre um território protegido como a restinga, assumindo que uma parte da população não conhece seu serviço ecossistêmico e importância dentro do contexto geomorfológico da costa.

Deste modo, não é esperado que os ambientes permaneçam preservados sem o empenho público; o caminho natural, se não houver nenhuma interferência adequada às especificidades de cada espaço, é a deterioração gradual, alterando o valor real e potencial atribuído aos produtos turísticos naturais do município.

Pontal do Paraná apresenta potencial para se tornar um importante pólo turístico regional, abrangendo quatro segmentações turísticas: o ecoturismo; o turismo de contemplação, a educação ambiental, além do já muito explorado turismo de sol e praia.

7. REFERÊNCIAS

ANGELOTTI, R.; NOERNBERG, M. A. Análise dos riscos de banho de mar no município de Pontal do Paraná – PR – Temporada 2003/2004. **Brazilian Journal of Aquatic Science and Technology**, Itajaí, p. 65-75. 2010.

ANGULO, R. J. **Geologia da Planície Costeira do Estado do Paraná**. 363 f. Tese (Doutorado em Geologia Sedimentar) – Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

ANGULO, R. J. Aspectos físicos das dinâmicas de ambientes costeiros, seus usos e conflitos. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba, n.10, p. 175-185, jul/dez. 2004.

ASSOCIAÇÃO DOS BARQUEIROS DO LITORAL NORTE DO PARANÁ (ABALINE). **Relatório de visita da Ilha do Mel**. 2017.

BENI, M.C. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo, Editora Senac. 2006.

BIGUNAS, P. I. T. **Diatomáceas (ochrophyta) do rio Guaraguaçu, litoral do Paraná, Brasil**. 489 f. Dissertação (Mestrado em Botânica) – Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

BOULLÓN, R.C. **Planejamento do Espaço Turístico**. Bauru, EDUSC. 2002

BRASIL. Decreto nº 87.222 de 31 de maio de 1982. Cria a Estação Ecológica de Guaraqueçaba, no Estado do Paraná. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, jun. 1982. Seção 1, p. 9944.

BRASIL. Decreto nº 93.053 de 31 de julho de 1986. Acresce área aos limites da Estação Ecológica de Guaraqueçaba, no Estado do Paraná. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, jul. 1986.

BRASIL. Lei nº 12.829 de 20 de junho de 2013. Cria o Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais, no Estado do Paraná, **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. 2013.

BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa de Roteirização Turística – Módulo operacional 7**. Brasília, 2007.

BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO. **Inventário da Oferta Turística**. Brasília, 2011.

BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional do Turismo 2013 – 2016**. Brasília, 2013.

BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa de Regionalização do Turismo**. Brasília, 2013.

CALDEIRA, G. A.; PIERRI, N. As relações econômicas e a gestão compartilhada de recursos comuns: o caso da pesca marinha em Pontal do Paraná, Sul do Brasil. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v.31, p. 119-137, dezembro 2014.

CHAPIN, F.S; KOFINAS, G.P.; FOLKE, C. **Principles of Ecosystem Stewardship**. Editora Springer. 2009.

COSTA, N. B. R. Impactos sócio-ambientais do turismo em áreas litorâneas: um estudo de percepção ambiental nos balneários de Praia de Leste, Santa Terezinha e Ipanema – Paraná. **Revista Geografar**, Curitiba, v.6, n.2, p. 151-181, dezembro 2011.

DANTAS, N. G.; MELO, R. S. Análise da metodologia de hierarquização de atrativos turísticos como instrumento para elaboração de roteiros turísticos no município de Itabaiana (PB). **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 147-163, abril 2011

DAROS, F. A. L. M. **Peixes recifais das Ilhas dos Currais e Itacolomis, litoral do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Sistemas Costeiros e Oceânicos) – Setor de

Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Centro de Estudos do Mar, Pontal do Paraná, 2010.

DEPINÉ, P.; FIORI, C. O. Análise ambiental da área do sambaqui do Guaraguaçu, município de Pontal do Paraná, litoral do estado do Paraná, Brasil. **O espaço geográfico em análise**. Curitiba, n. 9, p. 107-122. 2005.

DESCHAMPS, M. V.; KLEINKE, M. L. U. Os Fluxos Migratórios e as Mudanças Socioespaciais na Ocupação Contínua Litorânea do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.99, p. 45-59, jun/dez. 2000.

DIEGUES, A. C. **Ecologia Humana e Planejamento Costeiro**. 2ª edição. NUPAUB. São Paulo. Parte 2. Pág. 107. 2001

ESTADES, N. P. O Litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n.8, p. 25-41, jul/dez. 2003.

FERNANDES, D. L.; MENEZES, V. O. Avaliação e Hierarquização dos Atrativos Turísticos de Irati – PR. **Revista Capital Científico**, Guarapuava, v.7, n.1, jan-dez. 2009

FONSECA NETO, J. C. **Ecoturismo no Litoral do Paraná: Caminhos e descaminhos**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

FRANCIA, J. A. B. Ocupación del território litoral en ciudades turísticas de México. **Revista Bitácora Urbano Territorial**, Bogotá, v. 20, n. 1, p. 41-52. Março, 2012.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **Pesquisa anual de conjuntura econômica do turismo**. Rio de Janeiro, 2017

GONÇALVES, M. C. Potenciais para o turismo e envolvimento da comunidade na gestão do turismo: o caso do Guaraguaçu, Pontal do Paraná, revisão. X Fórum Internacional de Turismo do Iguassu. 2016, Foz do Iguaçu.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Brasil em síntese**. Pontal do Paraná, 2017 em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/pontal-do-parana/panorama>> Acesso: 5 nov. 2017.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO E BIODIVERSIDADE (ICMBIO). Unidades de Conservação. Pontal do Paraná, 2017 em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/4126-parna-marinho-das-ilhas-dos-currais>> Acesso: nov. 2017.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E Social (IPARDES). **Cadeia produtiva do turismo no Paraná**. Curitiba, 2009.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Caderno estatístico município de Pontal do Paraná – PR**, set. 2017.

KOTLER, L. **Diagnóstico e propostas de manejo para o Parque Natural Municipal da Restinga – Pontal do Paraná – PR**. 123 f. Monografia (Oceanografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Centro de Estudos do Mar, Pontal do Paraná, 2004.

KRUL, R. Aves marinhas costeiras do Paraná. In: BRANCO, O. J. **Aves marinhas e insulares brasileiras: bioecologia e conservação**. Itajaí: Editora da UNIVALI, 2004, p. 37-56.

LANA, P. C.; MARONE, E.; LOPES, R. M.; MACHADO, E. C. The subtropical estuarine complex of Paranaguá Bay. **Coastal Marine Ecosystems of Latin America**, Berlin, p. 132-145, 2001.

LEAL, C. T. Conselho do Litoral: gestão democrática do espaço costeiro. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.99, p. 83-95, jul/dez. 2000.

MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT. **Ecosystems and Human Well-being: Synthesis**. Washington, Island Press. 2005.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. (Outubro de 2011). Sistema nacional de unidades de conservação da natureza.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA) **Ilhas dos Currais viram parque marinho**. Pontal do Paraná, 2017 em: < <http://www.mma.gov.br/informma/item/9440-ilhas-dos-currais-viram-parque-marinho>> Acesso: nov. 2017.

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTUR). **Estudo de competitividade dos 65 destinos indutores no desenvolvimento turístico regional**. Brasília. 2009.

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTUR). Plano Nacional do Turismo. Brasília. 2013

MORAES, C.A.R. **Contribuições para a gestão da zona costeira no Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro**. São Paulo, Annablume, 2007.

MOURA, R.; WERNECK, D. Z. Ocupação contínua litorânea do Paraná: uma leitura do espaço. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.99, p. 61-82, jul/dez. 2000.

OLIVEIRA, I. C.; BARTHOLO JUNIOR, R. S.; HARB, A. G. Hierarquização dos atrativos naturais do município de Presidente Figueiredo no Estado do Amazonas. **Anais SIMPOI**, p. 1-15, 2011.

PARANÁ. Lei nº 12.243 de 31 de julho de 1998. Considera Pontal do Paraná como área especial de interesse turístico e local de interesse turístico. **Diário Oficial do Estado**, Curitiba, PR, n. 5305, ago. 1998.

PIERRI, N.; ANGULO, R. J.; SOUZA, M. C.; KIM, M. K. A ocupação e o uso do solo no litoral paranaense: condicionantes, conflitos e tendências. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba, n 13, p. 137-167, jan/jun. 2006.

PINHEIRO, P. C. **Ictiofauna do arquipélago de Currais (Paraná – Brasil):** complexidade estrutural dos costões rochosos e análise comparativa com um módulo recifal artificial. 105 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Pós Graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

PONTAL DO PARANÁ. Decreto nº 706 de 10 de setembro de 2001. Cria o Parque Natural Municipal da Restinga e o Parque Natural Municipal do Manguezal do Rio Perequê. **Secretaria Municipal de Administração e Finanças**. Pontal do Paraná, 2001.

PREFEITURA DE PONTAL DO PARANÁ. **Guia Turístico**. Pontal do Paraná, 2017 em: <<http://www.pontaldoparana.pr.gov.br/portalnovo/turista/guia-turistico-2015>> Acesso: 13 jul. 2017.

PROJETO DE GESTÃO INTEGRADA DA ORLA MARÍTIMA DE PONTAL DO PARANÁ (PGIOM). **Plano de Intervenção na Orla Marítima de Pontal do Paraná**, Pontal do Paraná, 2004.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL (PDITS) – **Pólo turístico do litoral paranaense**. Curitiba, 2015.

SECRETARIA ESTADUAL DE TURISMO DO ESTADO DO PARANÁ (PRTUR). **Paraná – Estudos estatísticos 20 anos de turismo**. Curitiba. 2014.

SAMPAIO, R. Ocupação das orlas das praias paranaenses pelo uso balneário, **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba, n.13, p. 169-186, jan/jun. 2006.

SEFA – Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná. **Receita Estadual**. Curitiba, 2017.

SETU - Secretaria de Estado do Turismo. **Estudo de demanda turística do Litoral**. Curitiba, 2006.

SETU – Secretaria de Estado do Turismo. **Região turística: Litoral do Paraná em dados**. Estudo da demanda turística do litoral do Paraná, 2000-2006. Curitiba, nov. 2008.

SETU - Secretaria de Estado do Turismo. **Dados Gerais do Paraná 2006 – 2011**. Curitiba. 2012.

SETU – Secretaria de Estado do Turismo. **Estudos da Demanda Turística**. Curitiba, 2013.

SILVA, M. E. M.; SORIANO-SIERRA, E. J. Gestión sustentable de la orla marítima em destinos turísticos: una perspectiva social sobre el proyecto ORLA. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, Buenos Aires, v. 22, p. 805-827. 2013.

WORLD AND TRAVEL TOURISM COUNCIL (WTTC). **Economic Impact 2017 Brazil**. Março 2017.